

PRESSÃO URBANA SOBRE A FLORESTA (*)

Walter de Paula Lima(**)

SUMMARY

The forest environment offers numerous opportunities for recreation, and this use of forest has been increasing in the past few years, causing enormous pressures upon forest areas in some countries. In Brazil, and particularly in the State of Sao Paulo, a considerable part of the original forest was devastated by the early colonists, and the preservation of the remnants of natural areas has been advocated by several scientists. It is suggested that the development and the management of these areas for the purpose of recreation would be a strong argument in favor of the cause. The Cantareira State Park, a 174 ha. forest located within the metropolitan area of the city of Sao Paulo, received about 1.3 million visitors in 1971. As the population increases and becomes more urbanized, and as the social and economic conditions of the people improve, this demand will tend to increase considerably. The creation and development of State and National Parks, and National Forests, and their administration for recreation purposes will be an important governmental action, for it has social significance and is intended to promote the welfare of the people and consequently of the nation.

1. INTRODUÇÃO

O uso de áreas florestadas para fins de recreação tornou-se característica bastante expressiva da vida contemporânea. As razões básicas deste aumento na procura de florestas para recreação são bem conhecidas: aumento da população, aumento da população urbana em relação à rural, aumento do poder aquisitivo das pessoas, diminuição do número de horas de trabalho, desenvolvimento dos meios de transportação, melhoria e abertura de inúmeras estradas, tornando acessíveis pontos outrora inatingíveis (VAUX, 1960). Há ainda outros pontos importantes a considerar. O fato de que todo indivíduo necessita de alguma forma de recreação é axiomático. Entretanto, o rápido desenvolvimento tecnológico das últimas quatro décadas criou um tipo de sociedade cujo dinamismo requer do homem enorme esforço para poder acompanhar as mudanças que se sucedem numa rapidez alarmante. Nunca o homem de participação ativa teve de ser tão versátil, perceptivo e portador de razoável bagagem de conhecimentos como nos dias de hoje. Por outro lado, a deterioração do meio ambiente causada por este mesmo avanço tecnológico, principalmente nas áreas de grandes aglomerados humanos, vêm-se tornando mais como uma ameaça à saúde, ao bem-estar e mesmo à sobrevivência do homem, do que como simples aborrecimento ou prejuízo à estética. Naturalmente, a atuação sempre crescente destas pressões físicas, mentais e sociais sobre a vida cotidiana resulta na necessidade cada vez

(*) Traduzido do original «Urban Pressure Upon the Forest: The Example of São Paulo», apresentado ao Sétimo Congresso Florestal Mundial, Buenos Aires, Argentina, Outubro 1972.

(**) Departamento de Silvicultura da E.S.A. «Luiz de Queiroz», Universidade de São Paulo

mais acentuada de recreação, quando o homem pode então reestabelecer o equilíbrio mental, psíquico e físico necessários à continuidade da vida.

O termo recreação deriva do Latim «recreare», que quer dizer criar de novo, renascer, tomar-se renovado. Vários estudiosos têm usado diversas definições para o termo recreação. Assim, BROCKMAN (1959) define como «o uso construtivo e prazeroso das horas de Lazer». Em JENSEN (1971) há várias outras definições; por exemplo «qualquer atividade em que um indivíduo participa voluntariamente e da qual ele obtém satisfação imediata e contínua». Pode-se concluir portanto que há inúmeras formas ou modos de recreação, e que o que pode ser recreação para uns, pode não o ser para outros indivíduos.

Dentro desta conceituação, a terminologia americana usa comumente o termo «outdoor recreation» para definir aquelas atividades recreativas que são conduzidas ao ar livre, num ambiente natural qualquer, e que são diretamente relacionadas com aquele particular meio ambiente» (JENSEN, 1971). A floresta, ou o ambiente florestal, oferece inúmeras oportunidades para recreação. Ela proporciona, antes de tudo, uma agradável reunião do homem com parte de seu ambiente natural. A proteção que ela oferece contra o barulho excessivo, a produção de ar puro, livre de poeiras, gases, fumaças e substâncias radioativas, a produção de água limpa e cristalina, a amenização da temperatura, são fatores que tornam o ambiente florestal um ambiente de recreação por excelência (MANTEL, 1966). Além disso as áreas florestadas oferecem oportunidades para passeios, camping, picnics, caça, pesca ou meramente a contemplação pura e simples da natureza.

Esta utilização da floresta para fins recreativos vem-se desenvolvendo em muitos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, o número de visitantes às diversas Florestas Nacionais aumentou de cinco milhões em 1925 para 150 milhões de pessoas por ano em 1965 (HOPKINS, e LAPAGE, 1966). Neste mesmo país, mais de 90% da população faz recreação anualmente nos «outdoors», utilizando áreas florestadas que perfazem um total de mais de 1 bilhão de acres (UNDERHILL, 1969). É esta crescente demanda de áreas de recreação que vem causando enormes pressões sobre as áreas florestadas, exigindo por parte dos poderes públicos grandes investimentos e modificações administrativas, e dando ensejo ao desenvolvimento de um novo ramo de estudos na ciência florestal, já definitivamente estabelecido em muitos países: a Recreação Florestal. «É uma determinação imposta à Silvicultura» (ALVES, 1969), ampliando o seu escopo e impondo o conceito de que a floresta não só tem a função precípua de fornecer madeira, mas exerce também outras funções importantes, dá origem a mais de uma utilidade.

2. PANORAMA FLORESTAL EM SÃO PAULO

O Estado de São Paulo, a exemplo do que ocorreu em grande parte do território brasileiro, e que ainda acontece em algumas áreas, teve seu patrimônio florestal destruído quase que completamente pela ação dos colonizadores do passado. VICTOR e MONTAGNA (1970) analisaram a cronossequência do problema florestal em São Paulo. Segundo estes autores, tem-se notícias de que o corte de florestas iniciou-se em São Paulo já em idos de 1766. Entretanto, foi a partir da segunda metade do século XIX que a derrubada atingiu proporções devastadoras, impulsionada que foi pela expansão da cultura cafeeira, que exigiu o sacrifício de milhares de hectares de florestas.

A cultura do café nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, o ciclo do açúcar no Nordeste, as serrarias de Pinho no Paraná e as pastagens em Mato Grosso, Goiás

e Fará, foram, segundo MESQUITA (1969), os responsáveis pela destruição de mais de 60% do patrimônio florestal do Brasil.

No Estado de São Paulo estima-se que a cobertura florestal primitiva atingia aproximadamente 65% da área total (VICTOR e MONTAGNA, 1970) representada basicamente pela floresta pluvial subtropical na encosta atlântica, pelas matas de araucária no extremo sul do Estado, pela floresta pluvial estacional tropical ou matas pluviais do interior do Estado, e pelos cerrados e cerradões intermeados nesta última categoria (VELOSO, 1966). Presentemente, todavia, apenas 13.7% da área total acha-se revestido por floresta natural (BORGONOVÍ E COL., 1967), em parte talvez original, em parte como resultado do reflorestamento natural, mas que foram, de qualquer forma, salvas da ação destruidora do machado e do fogo das coivaras graças às dificuldades de acesso e declividade dos locais. Estas últimas formações naturais encontram-se na parte sul, sudeste e este, e no extremo oeste do Estado, e representam cerca de 3.500.000 hectares de florestas naturais (BORGONOVÍ E COL., 1967).

Com a promulgação da lei dos incentivos fiscais (lei n.º 5106, de 2/9/1966), que trata dos incentivos fiscais aplicados ao reflorestamento, ganhou impulso em São Paulo e em outros Estados do Brasil uma campanha de reflorestamento, na qual milhões de árvores já foram plantadas, principalmente eucaliptos e pinus. Até o fim de 1969, por exemplo, cerca de 67 mil hectares de terra haviam sido reflorestadas só no Estado de São Paulo, como resultado da citada campanha (VICTOR e MONTAGNA, 1969).

3. OPORTUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECREAÇÃO FLORESTAL

Semelhantemente ao que ocorre nas demais unidades da federação, no Estado de São Paulo a necessidade do desenvolvimento de áreas de recreação ainda não sensibilizou os poderes públicos, em que pese a preocupação de vários estudiosos desde há muito tempo. Não obstante a alegação de que no país a densidade demográfica ainda seja baixa em termos de conjunto, e de que o atual estágio sócio-econômico ainda não permite, ou ainda não exige que se tomem medidas adequadas neste setor, vários outros fatores devem ser considerados.

A população brasileira atingirá a casa dos 120 milhões no ano de 1980, segundo previsões do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos quais 80 milhões estarão vivendo nas cidades. No caso particular de São Paulo, só a área metropolitana da cidade estará contendo cerca de 20 milhões de pessoas dentro dos próximos vinte anos. Na ausência de dados estatísticos completos, os números coletados no Parque Estadual da Cantareira, uma reserva florestal com cerca de 174 ha aberta ao público para recreação e situada dentro da área metropolitana do grande São Paulo, serve para ilustrar a existência da demanda de áreas de recreação. Naquele parque, o número de visitantes foi de 1.270.000 pessoas em 1970, e de... 1.300.000 pessoas em 1971 (YAMAZOE, 1972).

Outro ponto a ser considerado é o fato de que a recreação florestal, além de seu valor intrínseco já abordado, apresenta valor educativo de elevada importância, pois se constitui no modo mais real e objetivo de induzir as pessoas a descobrirem o valor social, econômico, estético e moral dos recursos naturais, Como bem sugeriu HOFFMAN (1969), vice presidente do Fundo Mundial de Vida Silvestre, quando de sua visita ao Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro: «No Brasil a publicação de bons e simples guias informativos sobre pássaros, mamíferos, répteis, árvores e flores parece ser essencial.

Verdadeiramente, vimos muitas pessoas jovens visitando o Parque Nacional da Tijuca e também o Jardim Botânico. Eles poderiam tornar-se interessados na natureza e na sua conservação se eles, e especialmente se seus professores, fossem providos com tais guias informativos. Sem estes, eles podem ser rapidamente desencorajados pela confusa variedade da natureza).

Há ainda outro aspecto interessante. O movimento conservacionista no Brasil vem-se fazendo à custa do esforço patriótico de vários cientistas. Entretanto, ainda nos dias de hoje se pode observar irreparáveis atentados contra as poucas áreas naturais que ainda restam (MESQUITA, 1969). Como foi observado em um relatório do Ministério da Agricultura (1969) «O estágio de evolução cultural em que nos encontramos continua a exigir fortes motivações para que os poderes públicos se decidam pela manutenção e criação de parques e reservas. A incompreensão ainda existente para a gravidade e o valor do problema, incompreensão essa mais séria ainda porquanto comum mesmo entre os altos escalões administrativos, está a mostrar a necessidade de uma séria ação educativa complementar». Ora, se a implantação de áreas naturais para a pura e simples finalidade de conservação não é argumento suficientemente forte, por que não aliar a este o da necessidade do desenvolvimento de áreas de recreação? Afinal, o exemplo do que acontece em muitos países. as projeções, às vészes sombrias. do crescimento populacional, e o reconhecimento da recreação como necessidade básica num ambiente cada vez mais deteriorado devem ser argumentos decisivos. Como bem relatou DASMAN (1968), referindo-se à demanda da recreação em nações em processo de desenvolvimento: «People who do not have enough to eat are little inclined to seek recreation. Consequently, the apparent internal demand for outdoor recreation space in most of the developing nations is small. The potential demand, however, as the circumstances of the people improve and as they become more urbanized, is probably great. It would be easy for these countries to save open space now when the demand is small. It may be quite difficult to obtain space for recreation in the future when the demand is great».

No Estado de São Paulo, o Instituto Florestal, órgão da Secretaria da Agricultura, dispõe de áreas com florestas naturais que poderiam tornar-se em importantes áreas de recreação, desde que os poderes públicos sejam motivados a planejar o desenvolvimento de tais áreas para aquele fim, com a abertura ou melhoria de estradas de acesso, trilhas e caminhos ligando os vários pontos dos parques, áreas próprias para camping, picnics, etc., a implantação de avisos, placas informativas, e a manutenção de administradores e auxiliares nos locais. Além do Parque Estadual da Cantareira, já citado anteriormente, há ainda 6 outros Parques Estaduais, perfazendo um total de 204.000 hectares (YAMAZOE, 1972). O maior deles, o Parque Estadual de Jacupiranga, possui cerca de 150 mil hectares e está situado no extremo sul do Estado. Há ainda um outro parque também no extremo sul, e dois outros situados no extremo leste do Estado. Com a denominação de Reservas Florestais, existem cerca de 154.000 hectares de florestas naturais, que estão localizadas ao longo da Serra do Mar, na parte leste do Estado, no extremo leste, e no extremo oeste. A Floresta da região de Presidente Epitácio, no extremo oeste, parece ser dotada de ótimas condições para recreação, devido a presença de diversos lagos e lagoas, atração natural sem dúvida forte para fins recreativos. Incidentalmente, o aproveitamento da área do sistema do Alto Tietê para o desenvolvimento da recreação poderia representar um investimento de inestimável valor. O sistema compreende um total de 7 represas em fase de construção situadas a pouco mais de 50 quilômetros à leste da cidade de São Paulo, que no conjunto foram planejadas para duas finalidades principais: controle de inundações e abastecimento de água à

população da região metropolitana de São Paulo. A inclusão de uma terceira finalidade - a recreação - já tem sido ventilada pela imprensa, e, sem dúvida, se constituiria numa importantíssima obra pública, de grande valor social e econômico, à semelhança, por exemplo, do aproveitamento múltiplo de bacias hidrográficas desenvolvido pelo «Tennessee Valley Authority», nos Estados Unidos (T.V.A., 1962).

No âmbito federal, de acordo com o relatório do Ministério da Agricultura (1969), existem no país 17 Parques Nacionais, totalizando cerca de... 2.700.000 hectares, que poderiam ter na recreação um forte motivo para o planejamento e estabelecimento definitivo de tais áreas. Isto porque, segundo o citado relatório, dos 17 parques, apenas 3 funcionam regularmente. «Em muitos casos a existência do Parque se limita ao decreto de sua criação» (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1969). Dentre os Parques visitados pela comissão, muitos deles já apresentam regulares condições de acesso e de aproveitamento imediato, dos quais citam-se: o Parque Nacional de Sete Cidades, no Estado do Piauí, Parque Nacional de Ubajara e Parque Nacional do Araripe, no Estado do Ceará, Parque Nacional Paulo Afonso e Parque Nacional Monte Pascoal, no Estado da Bahia, Parque Nacional do Caparaó, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, Parque Nacional da Tijuca, no Estado da Guanabara, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Estado do Rio de Janeiro, Parque Nacional do Itatiaia, nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e Parque Nacional de Sete Quedas e Parque Nacional do Iguassu, no Estado do Paraná. Além destes, há também as Florestas Nacionais. Na bacia amazônica, por exemplo, 11 Florestas Nacionais já criadas cobrem um total aproximado de 20.000.000 de hectares (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1969). Todas essas áreas federais estão sob a administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão do Ministério da Agricultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de importância vital e de consequência feliz para todos os fatos de que tais áreas, pelo menos por força de decretos governamentais, estão reservadas da ação destruidora que eliminou mais da metade das florestas naturais do Brasil.

A falta de dados estatísticos que possam expressar em números a situação atual da pressão urbana sobre as áreas florestadas para as finalidades de recreação não é sinal de que ela não exista. Por ordem natural das coisas esta demanda sempre houve e, à medida que o país se desenvolve, que a população cresce e que a condição social e econômica do povo melhora, ela tende a se tornar cada vez mais atuante.

Crê-se que a hora é oportuna para o impulso desta importante tarefa. Ir de encontro ao problema imediatamente, mesmo que ele seja previsto para os dias futuros. A obra é grande e é de responsabilidade de todos. Aos técnicos florestais, no planejamento e desenvolvimento das áreas e na condução de pesquisas que visem ao manejo de florestas para aproveitamento múltiplo.. Aos órgãos governamentais, na perpetuação e administração de áreas de propriedade pública, tais como parques, florestas, reservas biológicas e áreas circunvizinhas e represas e reservatórios, e no amparo técnico e financeiro ao desenvolvimento de recreação, porquanto é obra social que se destina ao bem estar do povo e conseqüentemente da nação. E a cada indivíduo, a cada cidadão em particular, no interesse e respeito para com os recursos naturais e para com o meio ambiente onde vive, para o próprio bem de cada um e para o bem das gerações futuras.

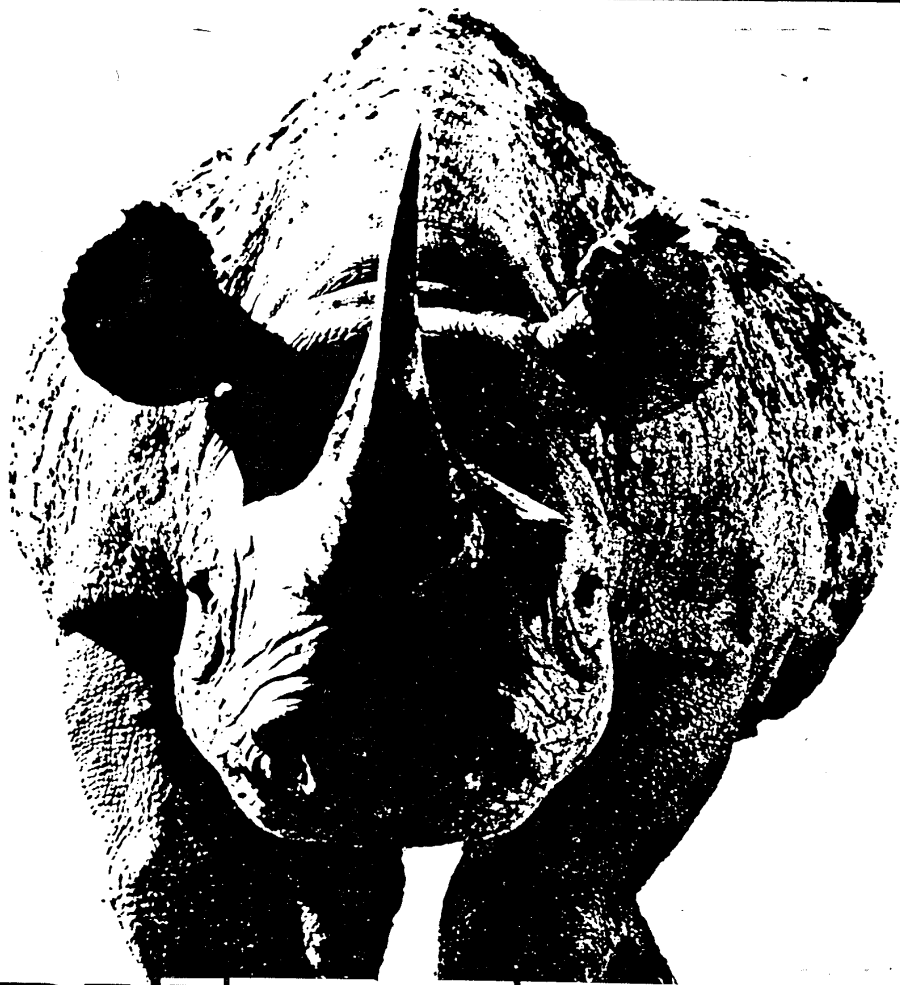
8. LITERATURA CITADA

- ALVES, A.A.M., 1969. O Conceito Florestal de Uso Múltiplo sob uma Óptica de Desenvolvimento Econômico. *Agros*, 46(2): 141-150.
- BORGONOV. M.; J.V. CHIARINI; A.Z. AMARAL; A.G.S. COELHO; D. A. OLIVEIRA, 1967. Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo. *Bragantia*, 26 (6) : 93-102.
- BROCKMAN, C.F., 1959. *Recreational Use of Wild Lands*. McGraw-Hill Book Co. N.Y. 346pp.
- DASMANN, R.F., 1968. *Environmental Conservation*. John Wiley & Sons, Inc. N.Y. 375pp.
- HOFFMANN, L., 1969. The World Wildlife Fund. *An Acad. Bras. de Ciências*, Vol. 41 (Suplem.): 329-332.
- HOPKINS, W.S.; W.F. LAPAGE, 1966. The Future of American Forest Recreation Areas. 6th World Forestry Congress, Madrid: 3610-3617.
- I.B.D.F., 1969. Documento Informativo. Primeiro Congresso Florestal Argentino. Outubro, 1969. Buenos Aires.
- JENSEN, C.R. 1971. *Outdoor Recreation in America*. Burgess Publ. Co. Minn. 285pp.
- MANTEL, K., 1966. The Social and Economic of Recreation Demand for INational Forest Policies. 6th World Forestry Congress. Madrid: 3582-3586.
- MESQUITA, M.B. 1969. Florestas do Brasil. Passado e Presente. *Chácaras e Quintais*, 711(60): 12-15.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1969. *Parques Nacionais e Reservas Equivalentes no Brasil*. Rio de Janeiro. 100pp.
- T.V.A., 1962. *Multiple Use on Norris Watershed*. Norris, Tennessee. 19pp.
- UNDERHILL, A.H., 1969 The Challenge of Meeting Outdoor, Recreation Needs in the United States. *An. Acad, Bras, de Ciências*, Vol. 41 (Suplem.): 311-322.
- VAUX, H.J., 1960. *Techniques of Managing Public Use of Forested Areas*. 5th World Forestry Congress. Seattle, Washington: 1751- 1756.
- VELOSO, H.P., 1966. *Atlas Florestal do Brasil*. Min. da Agricultura. Rio de Janeiro.

VICTOR, M.A.M.; R.G. MONTAGNA, 1970. Análise Panorâmica da Situação Florestal e Efeito da Lei dos Incentivos Fiscais em São Paulo. Silvicultura em São Paulo, Vol. 7:7-18.

YAMAZOE, G., 1972, Instituto Florestal do Estado de São Paulo, Comunicação Pessoal.

**EXISTEM CHAPAS DURAS
MAIS FORTES E MENOS FORTES.**



DURATEX
É MAIS.

